

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE,
REALIZADA NO DIA QUINZE DE ABRIL DE DOIS MIL E CATORZE-----

----- ATA NÚMERO QUATRO -----

----- (Mandato 2013-2017)-----

----- Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e catorze reuniu na sua Sede, sita na Rua Conde de Arnoso número cinco-A, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor Luís Filipe Nunes Coimbra Nazaré, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Alberto da Conceição Reis, Primeiro Secretário.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros:-----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Joana Vanessa Henriques Medeiro, Mário Joaquim Gomes Branco, Maria Cristina Alves Campos, António Diogo de Carvalho Gongó Carvalhada, Mário Rui Peixoto dos Reis Costa e Maria da Luz Martins.-----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Armando Dias Estácio, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Joaquim Maria Fernandes Marques, Francisco Luís Ferreira Bento e Tiago da Mota Veiga Moreira de Sá.-----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Pedro Miguel Gomes Bastos e Aquino José Mário de Noronha.-----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** Nuno Beirante Domingues.-----

----- **Do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP):** João Diogo Santos Moura.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros:-----

----- Mariana Raquel Aguiar Mendes Teixeira.-----

----- Diogo Vasco Gonçalves Nunes de Bastos.-----

----- Margarida Alexandre Nascimento Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria da Luz Martins.-----

----- Maria Manuela da Silva Correia Brito Nunes Santos, que justificou a sua ausência e foi substituída pelo Membro Tiago Moreira de Sá.-----

----- José Lima Andrade dos Santos Correia, que justificou a sua ausência e foi substituído por João Diogo Santos Moura.-----

----- Às vinte e uma horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Freguês Pedro Aparício** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Intervenho mais uma vez neste fórum, acreditando que é nosso dever, enquanto cidadãos, colaborar na melhoria do espaço comum e também de certa forma darmos o nosso contributo sempre que possível.*-----

----- *Tenho procurado fazê-lo no passado, não só neste fórum, como em outros, e tenho sempre procurado a Junta de Freguesia de Alvalade como principal interlocutor entre os eleitos e os eleitores, assim como os demais órgãos que tenho à disposição.*-----

----- *Trago escrita a minha intervenção, que depois farei chegar uma cópia à Mesa e poderão distribuir a todos os Membros da Assembleia de Freguesia.*-----

----- *Começo esta minha intervenção lembrando a proximidade do 25 de Abril, a alegria característica de uma democracia participativa que vale a pena, da vivência de conquistas dos direitos, liberdades e garantias pessoais que hoje gozamos como certos, apesar dos 48 anos de ditadura e da corajosa ação de alguns de nós e também que alguns antes de nós souberam trazer à luz do dia. Acredito que temos feito o caminho de aprendizagem na cidadania, implementando com engenho e criatividade ações que garantam a construção das nossas comunidades locais e a criação de condições que*

garantam que pequenas grandes questões possam vir a público em espaços como este, o da Assembleia de Freguesia. -----

----- Começo por apelar a todos e todas para a necessidade de transformarmos a nossa Freguesia de Alvalade numa organização que aprende, ou na designação original learning organization. De pormos em prática a ideia de nos melhorarmos com cada experiência quotidiana, de sermos verdadeiros empreendedores e motores de uma transformação social ao serviço da evolução, do futuro e de todos os que utilizam o espaço de Alvalade. -----

----- Duas breves notas que trago hoje, tentarei economizar o nosso tempo: Esta sessão ordinária da Assembleia de Freguesia acontece hoje, 15 de Abril de 2014. Felizmente ou infelizmente apenas no passado domingo, dia 13 de Abril e através das vitrines informativas da Junta de Freguesia, notei a sua realização, apesar da convocatória datar de 3 de Abril de 2014. -----

----- Sugiro que utilizemos melhor as funcionalidades do sítio de internet, pois apesar deste se encontrar numa versão “em construção” o mesmo serviu de suporte a dois processos importantes, que ainda se mantêm no ar no dia de hoje: Convocatória da Sessão Extraordinária de 26 de Fevereiro de 2014; Consulta pública do Regulamento de Atribuição de Apoios pela Junta de Freguesia de Alvalade (18 de fevereiro — 18 de março) -----

----- Para além da necessidade de aumentarmos a divulgação da realização da Assembleia de Freguesia, acredito que seja também importante que se inclua nas convocatórias o período dedicado à intervenção do público. Parece-me que, apesar de formalmente desprovido de força, a divulgação deste através da convocatória ganha relevo como boa prática no estímulo à participação dos cidadãos, à qualificação das tomadas de decisão e a todos os processos que são responsabilidade de todos vós, eleitos representantes neste espaço de construção da nossa comunidade. -----

----- Guardo para a segunda e última nota um tema que me tem sido próximo e que neste momento, um pouco por toda a nossa Freguesia se vai vivendo: Obras de construção civil com vista à implementação dos vários projetos da tipologia “Zona 30”.

----- Dos projetos reafirmo que nada tenho contra a filosofia, espírito e bondosa finalidade, apesar de acreditar que as soluções implantadas lesam o erário público e trazem dificuldades acrescidas à vida quotidiana de todos os cidadãos que habitam as células de Alvalade. -----

----- Poderia discorrer longamente sobre a sinalização deficiente de entrada e saída das zonas 30 pela sua discreta implantação e fraca capacidade de alerta para a mudança de comportamento do automobilista; -----

----- Poderia reforçar que existem falhas grosseiras na implantação de sinalética vertical e pilaretes; -----

----- Poderia referir-me à falha na implementação das calçadas tácteis que não dão as informações alternativas que deveriam fazer como garante da acessibilidade ao espaço público; -----

----- Mas vou socorrer-me de dois exemplos que gostava de propor que fossem utilizados, na lógica da organização que aprende: -----

----- 1 — De que forma são sinalizadas as passadeiras de peões frente a escola? Talvez vos apareçam algumas ideias de elementos básicos como a própria passadeira e sinalética vertical. Mas tem sido prática corrente o sinal de proximidade de zona escolar e a demarcação da zona de passagem a vermelho. -----

----- Na Escola Básica Teixeira de Pascoais parece que a questão foi alterada, por força da implementação do projeto “Zona 30— Bairro das Estacas”, infelizmente julgo que para pior. -----

---- 2 — No projeto “Zona 30 — Bairro das Estacas” optou-se por um investimento em lombas, obstáculos de redução da velocidade de circulação. Importa avisar novamente que talvez seja importante colocar a sinalética adequada. -----

---- Proponho-vos que olhem para a sinalética instalada na Avenida da Igreja e na Avenida Rio de Janeiro, esses sim projetos de sinalética coerente e adequados à realidade de obrigatoriedade de redução de velocidade e de alerta para a existência de obstáculos definitivos na faixa de rodagem. -----

---- A obra do bairro das estacas é a que melhor conheço de facto, afinal calhou-me em sorte que ficasse à porta de casa, mas noto que apesar de iniciada a 8 de outubro de 2013, envolta da ausência de informação do dono de obra, CML, e tardio envolvimento do parceiro natural — a Junta de Freguesia de Alvalade, persista no dia de hoje como por concluir, ao que julgo saber. -----

---- Recebi uma informação do Sr. Jorge Lavaredas, assessor da Câmara Municipal de Lisboa, no passado dia 5/03/2014, com informação que transcrevo da missiva eletrónica que comigo partilhou: “Gostaria de o informar que, no que se refere às questões de execução que elenca, os serviços de fiscalização estão cientes dessas anomalias de execução. Acresce que foi já o empreiteiro notificado das mesmas e que fará as devidas correções durante a presente semana. Só após a correção das referidas anomalias, se procederá a receção provisória da obra.” -----

---- Poderia ainda acrescentar algumas questões mais distantes de onde vivo, tal como fiz no dia 5 de março sobre a instalação do estaleiro de obras numa porção da Avenida da Igreja frente aos números 49 e 51, ou sobre o cruzamento da Av. Do Brasil com a Rua Afonso Lopes onde é notória, uma vez mais, a deficiente condição de sinalização da obra, os transtornos evitáveis, mas como nota positiva não posso deixar de referir as sessões de esclarecimentos entretanto havidas e que serviram como experiência de aprendizagem, ou talvez não. -----

---- Tive a sorte de experimentar algumas zonas 30 recentemente, fora do País, notando que os investimentos foram significativamente inferiores, pelo menos notando que só a obra do Bairro das Estacas tem um custo aproximadamente igual ao da reconstrução da nossa vizinha Piscina do Areeiro. -----

---- Apelo-vos que saibamos encontrar formas de centrar as nossas energias na promoção da cultura da utilização responsável do espaço público, na vivência da mobilidade sustentável e no desenvolvimento da cultura da coresponsabilização, mas estes só conseguem ser alcançados com diálogo e abertura. -----

---- Termino com os meus sinceros votos de continuação de um bom mandato, esperando que todos possamos assumir o nosso papel no desenvolvimento da nossa freguesia.” -----

---- **O Senhor Presidente** disse que queria dar dois esclarecimentos relativamente ao que fora referido no tocante aos formalismos da convocatória da Assembleia de Freguesia. -----

---- No que se referia à convocatória não publicitada no site, tinha razão. O site estava em reconstrução e daí não ter sido, segundo a informação que tinha, incluída a convocatória. Esperava que fosse na próxima reunião da Assembleia de Freguesia, até porque nos tempos que corriam era uma obrigação de todos os fóruns coletivos. -----

---- Em relação à inclusão na convocatória do período de antes da ordem do dia, disse que não era habitual em lado nenhum incluir-se qualquer menção sobre o período antes da ordem do dia ou depois da ordem do dia. -----

---- Havia assembleias onde o espaço livre para intervenção dos presentes não constituintes do órgão ocorria antes da ordem do dia, noutras era depois. Em nenhuma circunstância, daquelas que conhecia, era habitual incluir na convocatória. Aliás, era

conhecido de uma forma geral e bem assimilado por toda a gente e, portanto, não era uma questão de relevância especial. -----

----- O Senhor Presidente da Junta começou por referir que o Vogal Ricardo Varela lhe pedira para justificar a ausência por motivos profissionais. Pedira-lhe que transmitisse as desculpas a todos, mas tinha um compromisso profissional que o impedia de estar presente. -----

----- Esclareceu que não era possível tecnicamente no momento produzir grandes alterações no site, uma vez que nas últimas semanas estava a ser preparado para uma etapa posterior, de que falaria no contexto da Informação Escrita. No momento não era possível fazer alterações de fundo. De todo o modo, em relação à convocatória, tinham sido cumpridas todas as exigências legais e não havia nada a obstar, sem prejuízo de ser útil ter a utilização de meios eletrónicos para difundir de uma forma mais ampla esse tipo de comunicações. -----

----- Quanto às zonas 30, responderia a 10% das questões colocadas, uma vez que 90% não eram da competência da Junta de Freguesia e o freguês Pedro Aparício vinha colocando aos órgãos próprios. Portanto, escusava-se de prestar esclarecimentos adicionais, mas havia duas dimensões na sua intervenção que não podia deixar de comentar. -----

----- Tinha havido um momento de grande convergência de pensamento com o freguês Pedro Aparício na forma de observar as empreitadas da Zona 30, que vinha sendo discutido não só na Assembleia de Freguesia mas também na Assembleia Municipal de Lisboa e em reuniões com a Câmara Municipal, mas não estava de acordo com a apreciação feita pelo freguês Pedro Aparício em relação à empreitada que decorria no Bairro das Caixas. -----

----- No comentário feito em relação à instalação do estaleiro na Avenida da Igreja, num dos aspetos que colocava como crítica, imaginava que seria muito difícil para qualquer empreiteiro controlar, designadamente o que pudesse acontecer com o deslizamento das areias que estavam acondicionadas no estaleiro. -----

----- Outra crítica que colocava era sobre o encurtamento da faixa de rodagem nesse sector da instalação do estaleiro. Se não estivesse o estaleiro estariam carros, era uma zona de estacionamento automóvel e a ocupação com os automóveis era maior do que a ocupação com o estaleiro. -----

----- Aquilo que se sabia e que já se supunha na última Assembleia de Freguesia era que o nível de reclamações contra a intervenção que estava a acontecer era significativamente inferior àquilo que se vivia no Bairro das Estacas. -----

----- O que a Junta de Freguesia tinha feito, para além das quatro sessões de esclarecimento altamente participadas, e que estava bem expresso na Informação Escrita, fora uma entrevista no jornal Público, a utilização de suportes comunicacionais que a Junta tinha e que transitaram das anteriores Juntas de Freguesia no Expresso do Oriente e do Jornal de Lisboa e uma reportagem da RTP. Se alguém conhecesse outra forma de comunicar, para além de todas essas, pois então que dissesse e a Junta estaria à disposição para utilizar esse meio. -----

----- Olhando para trás, parecia-lhe que as pessoas estariam informadas sobre aquela obra. -----

----- A Junta de Freguesia tinha feito mais do que lhe competia fazer e tinha dados suficientes para dizer que essa política tinha sido correta, de tal maneira que tinha tido a honra de ser convidado como orador para um conjunto de sessões informativas organizadas pela CML, sobre como comunicar uma obra da Zona 30. Portanto, alguma coisa de bom tinha sido feito com significado e impacto. -----

----- Disse que acompanhava alguns detalhes a questão levantada por alguns moradores daquela zona do ponto de vista da sinalização, tendo-se feito um requerimento para a Direção Municipal de Mobilidade e Transportes e tendo-se feito a monitorização das respostas. Todavia, tinha havido uma mudança do Diretor Municipal e dera-se uma margem de tempo para que o novo se instalasse e se inteirasse da realidade da Zona 30 e até da viabilidade de projetos futuros de Zona 30. -----

----- Inaugurara-se um meio de comunicação das intervenções no espaço público no contexto da cidade e que vinha inspirando uma transformação do lado da Direção Municipal de Projetos e Obras, que estava a empreender uma reflexão interna, segundo a informação que chegava por parte da Vereação, de comunicação das intervenções no espaço público de maneira a que a população estivesse mais informada sobre as intervenções nos bairros onde residiam ou trabalhavam. -----

----- Estava muito satisfeito com o esforço empreendido pela Junta num contexto muito difícil, porque fora dos primeiros temas surgidos no início do mandato. Conseguira-se, mesmo no contexto da profunda reorganização que estavam a empreender, dar resposta e criar um exemplo de como tratar esse tipo de matérias. Era reconhecido que vinha sendo um trabalho muito proveitoso para todos e a Junta continuaria a fazer o que vinha fazendo até ao momento, com os ajustes que fossem necessários. Estava sempre disponível para continuar a acompanhar esse tipo de questões e tentar desenvolver estratégias tão eficazes quanto possível para resolver esses problemas do dia-a-dia. ----

----- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS NºS 2 E 3 -----

----- **O Senhor Presidente** referiu que as atas tinham sido distribuídas em tempo útil pelos Membros da Assembleia de Freguesia. -----

----- Seguidamente, constatando não haver intervenções, submeteu à votação as **Atas nº 2 e 3**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Informou que tinham entrado na Mesa duas moções e um voto de pesar, que eram do conhecimento dos Membros da Assembleia de Freguesia. -----

----- **Membro Joana Medeiro (PS)** apresentou a seguinte moção: -----

----- **MOÇÃO A** -----

----- 25 de Abril -----

----- 40 Anos em Liberdade -----

----- *Este ano comemoram-se os 40 anos sobre a Revolução dos Cravos.* -----

----- *Portugal era um país fechado em si mesmo, onde as opiniões individuais eram reprimidas por um regime castrador, que as silenciava com recurso a diferentes formas de violência. Hoje, passados 40 anos, somos um País livre e democrático.* -----

----- *É certo que os portugueses estão a atravessar uma das maiores crises financeira, económica e social, dos últimos anos, mas, e sobretudo nesta fase de maior consolidação do regime democrático, cabe-nos a todos lutar pela afirmação de Portugal e dos Portugueses, pelos valores de Abril e pela defesa do Estado Social, que tantas vezes vimos atacados.* -----

----- *A Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em 15 de abril de 2014, não pode deixar de assinalar esta importante data, que trouxe a democracia a Portugal, após quase cinco décadas de ditadura fascista. Neste sentido, propõe que a Assembleia de Freguesia de Alvalade, em 15 de abril de 2014, delibere:* -----

----- *Louvar os Capitães de Abril e todos os militares do M.F.A., saudando neles toda a coragem do povo português que saiu à rua em apoio à Revolução;* -----

----- *Relembrar todos os combatentes anti-fascistas que ao longo de quase 50 anos sofreram às mãos do regime autoritarista;* -----

----- *Fazer votos para que o espírito e as conquistas de abril não caiam em esquecimento e encorajar todos os homens e todas as mulheres que defendem a liberdade a manterem-se firmes na defesa destes ideais.* -----

----- *Os vogais da Assembleia de Freguesia de Alvalade.* -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que, obviamente, o PCP iria votar a favor das duas moções e do voto de pesar. -----

----- Sobre a moção do 25 de Abril tinha duas ou três considerações. Em primeiro lugar estava à espera, por aquilo que tinha sido transmitido, que iria haver uma sessão extraordinária para comemorar os quarenta anos do 25 de Abril. O PCP reservava para essa altura uma intervenção, porque provavelmente todas as forças representadas na Assembleia de Freguesia iriam ter intervenção. No entanto, tanto quanto sabia, parecia não ir haver essa sessão extraordinária. -----

----- Disse que era hábito do PCP apresentar moções em São João de Brito sobre o 25 de Abril e curiosamente era só o PCP. Congratulava-se pelo facto do PS, na nova Freguesia de Alvalade, apresentar essa moção. Havia muitas dificuldades com o PS nessa altura, na aprovação das moções do PCP. Uma vez, para obter a abstenção, tinha sido necessário que retirasse da moção o preâmbulo da Constituição da República Portuguesa, porque havia Membros eleitos que não concordavam com isso. Outra vez tivera que retirar uma referência, como uma das conquistas do 25 de Abril, ao fim da guerra colonial. -----

----- Ficava muito feliz e obviamente que o PCP iria votar a favor da moção. -----

----- **Membro Valdemar Salgado (PSD)** disse que o PSD iria votar a favor, reconhecendo que o 25 de Abril era uma conquista de todos para se poder viver num País livre e democrático. -----

----- **O Senhor Presidente** referiu que por consenso entre o Senhor Presidente da Junta e a sua pessoa entendera-se não realizar a sessão comemorativa. Não porque o 25 de Abril não merecesse uma sessão comemorativa, mas porque o dia 25 de abril calhava a uma sexta-feira e nesse dia realizavam-se comemorações oficiais a nível nacional e a nível municipal. Fazer uma comemoração no âmbito da Freguesia de Alvalade nesse dia era algo que entrava em conflito com as comemorações do Município, fazer na véspera parecera não ser adequado e escusava de adiantar mais razões. Fazer no sábado ou no domingo, 26 ou 27, também não parecia ser propriamente aquilo que havia de mais lógico, uma vez que estavam perante um fim de semana prolongado e provavelmente não suscitaria a atenção e a participação que o 25 de Abril merecia. Fazê-lo na segunda-feira, 28, seria tardio. -----

----- Era por esse conjunto de razões muito prosaico que se entendera, independentemente da alegria que a data suscitava a todos, que dadas essas circunstâncias de calendário não se encontrava uma data apropriada. -----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção A**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor e 1 abstenção. -----

----- **Membro Joana Medeiro (PS)** apresentou a seguinte moção: -----

----- **MOCÃO B** -----

----- Dia Internacional do Trabalhador -----

----- 40 anos do 1º de Maio em Liberdade -----

----- *Comemorar o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, é lembrar as reivindicações dos trabalhadores em todo o mundo, com especial enfoque na luta dos operários de Chicago, em 1886, para a obtenção de condições mais dignas, democráticas e justas.* -----

----- Tem sido, e continua a ser, apanágio do Partido Socialista não permitir que esta data caia em esquecimento, nomeadamente pela existência de um período negro em Portugal que proibia as comemorações deste dia, tão marcante para todos os trabalhadores, período este que, a bem da liberdade e da democracia, terminou no dia 25 de Abril de 1974.-----

----- Neste sentido, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em 15 de abril de 2014, delibera -----

----- Louvar e saudar todos os trabalhadores que vivem e exercem as suas funções em democracia e liberdade;-----

----- Saudar o feriado, relembrando todos os trabalhadores e trabalhadoras que sofreram e sofrem na contínua procura da efetividade dos seus direitos;-----

----- Apelar à participação dos trabalhadores e trabalhadoras nas diversas comemorações dos 40 anos do 1º de Maio. -----

----- Os vogais da Assembleia de Freguesia de Alvalade.-----

----- **O Senhor Presidente**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Moção B**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- **Membro Cristina Campos (PS)** apresentou o seguinte voto de pesar:-----

----- **VOTO DE PESAR** -----

----- Pela morte de João Ribas -----

----- É com profundo pesar que a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em 15 de abril de 2014, lamenta o falecimento precoce de João Ribas (1965-2014), no passado dia 23 de março.-----

----- A vida, breve mas intensa, do carismático João Ribas confunde-se com o nascimento e afirmação do movimento punk na cena musical portuguesa, a partir de finais da década de 80.-----

----- A vida daquele que é consensualmente considerado o pai do punk português confunde-se, também, com o Bairro de Alvalade, onde cresceu e onde, com o seu núcleo de amigos, formou em 1988, o grupo Censurados. Foi precisamente em Alvalade que os Censurados se apresentaram pela primeira vez ao vivo no Grupo Dramático Ramiro José. Mais tarde vocalista dos Tara Perdida e, antes deles, dos Ku de Judas, João Ribas inscreveu Alvalade na cena artística alternativa portuguesa – o punk afirma-se em Portugal a partir de Alvalade – e pode considerar-se um dos grandes ícones e embaixadores do bairro.-----

----- Tendo personificado uma vivência em total sintonia com o seu estilo, João Ribas encarnou o modo de vida punk e merece ser recordado como um visionário e um resistente, um músico de excelência (que privilegiava o português), um eterno jovem, um animal de palco, um bon vivant, alguém que promovia o contacto intergeracional (apoiando e promovendo as gerações mais novas) e, sobretudo, como um filho do bairro de Alvalade que teve o mérito de o inscrever na história da música alternativa em Portugal.-----

----- Propõe-se a observação de um minuto de silêncio.-----

----- Os vogais da Assembleia de Freguesia de Alvalade.-----

----- **O Senhor Presidente**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Pesar a João Ribas**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- (Neste momento a Assembleia prestou um minuto de silêncio)-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia prevista na alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que queria acrescentar um aspeto que por lapso ficara omissa na Informação Escrita e que se referia ao pelouro da Ação Social, Saúde, Igualdade e Habitação, que era a criação de uma exposição comemorativa do Dia Internacional da Mulher e que decorreria na sede da Junta de Freguesia durante uma semana. -----

----- Havia uma errata relativamente à designação da Avenida Dom Rodrigo da Cunha, que era muitas vezes designada na informação, por lapso, Rua Rodrigo da Fonseca. Não obstante as inúmeras revisões, deixara-se passar um lapso relativamente à toponímia dessa artéria da Freguesia, aliás, em plena requalificação do ponto de vista do seu tapete viário. Era do senso comum saber que a Rua Rodrigo da Fonseca não ficava na Freguesia de Alvalade. -----

----- A Informação Escrita tinha sido distribuída e era relativamente extensa. Desta vez conseguira-se acompanhar de mais algumas imagens. Era nesse sentido que se queria prestar contas, com uma informação completa e diversificada, que não era apenas baseada num suporte descritivo escrito, mas também com recurso às imagens. -----

----- Disse que queria salientar alguns aspetos em concreto do desenvolvimento das atividades da Junta de Freguesia, designadamente naquilo que dizia respeito ao apoio jurídico, no âmbito do Regulamento de Atribuição de Apoios da Junta de Freguesia de Alvalade que já tinha sido objeto de anúncio na passada Assembleia de Freguesia. -----

----- Tinha decorrido o período de discussão pública, receberam-se contributos do BE, tendo alguns Membros do Executivo aproveitado esse período. Tinha sido decisão do Executivo acelerar calendário e fazer a reunião subsequente, depois de todos os contributos reunidos. -----

----- No que concernia a ambiente e espaços verdes e manutenção do espaço público, estavam listadas as intervenções que foram realizadas, sem prejuízo de um processo que também já se iniciara, designadamente com o acolhimento de uma voluntária que transitava dos quadros da CML. Explicou que quando dizia voluntária estava-se a referir ao critério de transferência de recursos humanos aprovado pela Assembleia Municipal. Aqueles que se voluntariassem precediam em relação a todos os outros na transferência. -----

----- Disse que a Engenheira Susana Paulo já estava a exercer funções na Junta de Freguesia ainda como quadro da CML, a instalar a divisão de espaço público. -----

----- Relativamente à segurança e proteção civil, queria salientar não apenas a colaboração que havia com o Regimento de Sapadores Bombeiros e com a Polícia de Segurança Pública, mas também a eleição para integrar o contingente de Presidentes de Junta designados pela Assembleia Municipal de Lisboa para o Conselho Municipal de Segurança. -----

----- No pelouro da ação social, salientava com mais destaque a intervenção na Rede Social de Lisboa, com adesão à Comissão Social de Freguesia. O trabalho iria ser desenvolvido numa parceria intensa com o Centro Social e Paroquial do Campo Grande, que aceitara, enquanto se aguardava a colocação dos técnicos de ação social que passariam da Câmara Municipal para os quadros da Junta, acompanhar os estagiários. -----

----- Outra iniciativa que lhe dava especial satisfação era o apoio à organização da colheita de sangue dinamizada pelos serviços de imunoterapia do Hospital de Santa Maria. Como se vira pela comunicação social, tinha ultrapassado todas as expectativas do ponto de vista do volume de colheitas que estavam previstas para esse dia. Não se esperavam mais que 60 colheitas e à hora que tinha saído do Hospital de Santa Maria já tinham ultrapassado as 100. -----

----- Era uma ação de grande importância, uma vez que havia uma forte redução do volume de donativos de sangue, uma vez que atualmente não existia uma isenção das

taxas moderadoras para os dados no acesso aos serviços do Serviço Nacional de Saúde. -----

----- Apelou a todos os que tivessem oportunidade de fazer a sua dádiva de sangue. Era qualquer coisa que não custava nada mas, como diziam as campanhas do Instituto Português do Sangue, podiam salvar uma vida. -----

----- Quanto aos pelouros da educação e do desporto, salientava o apoio que vinha sendo dado às iniciativas das próprias escolas, das associações de pais, quer fossem aquelas que estavam sob gestão da Junta de Freguesia, quer aquelas que estavam na tutela do Ministério da Educação. -----

----- No desporto tinha havido um trabalho de monta de análise da estrutura de apoios financeiros e não financeiros para 2014, antes da entrada em vigor do Regulamento de Atribuição de Apoios da Freguesia de Alvalade. Era um trabalho dinamizado pelo Vogal Ricardo Varela. -----

----- Do ponto de vista da comunicação e cultura havia duas iniciativas que salientava com algum destaque. Uma era de grande importância para se resolver a questão da comunicação da Junta e tinha a ver com o processo participativo de escolha do logotipo da Junta de Freguesia de Alvalade. -----

----- Como sabiam, esse processo iniciara-se com o pedido de colaboração à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, de que fosse incluído no contexto curricular do primeiro semestre dos alunos de design a elaboração de uma proposta de identidade para a Freguesia de Alvalade. Tinha havido um conjunto de propostas dos alunos, foram escolhidas três para serem sujeitas a um processo participativo e brevemente seria lançado à população o processo de votação dos três finalistas, com vista a ser escolhido o logotipo da Junta de Freguesia de Alvalade para os próximos anos. Isso seria feito através de um microsite, mas também seria possível a votação presencial nos postos de atendimento, na Teixeira de Pascoais e na Ernesto Vasconcelos, até dia 5 de maio. Nesse dia seriam contados os votos e divulgado o vencedor, havendo depois uma sessão pública de entrega de um prémio à aluna vencedora e dizia no feminino uma vez que as três finalistas eram mulheres. -----

----- A partir do logotipo seriam definidos os novos suportes comunicacionais da Junta de Freguesia de Alvalade e todo o tipo de elementos que eram necessários para comunicar. -----

----- Outro aspeto da atividade cultural que muito orgulhava era o programa de comemorações do 25 de Abril. Tendo sido impossível fazer uma sessão solene, decidira-se demonstrar que a nova capacidade da Junta de Freguesia de Alvalade permitia um pouco mais de ambição do ponto de vista da oferta cultural que era oferecida à população. O programa não tinha sido concebido apenas para o público da Freguesia de Alvalade, mas era um programa oferecido à cidade e ao País. -----

----- Decidira-se arrastar as comemorações conjuntas do 25 de Abril e dos 40 anos do 1º de Maio por todo o mês de maio, para não disputar público com as comemorações oficiais. Haveria três apresentações de cinema no auditório da cantina da Universidade de Lisboa, numa parceria com a Cinemateca, com a Universidade de Lisboa e com os serviços de ação social da Universidade de Lisboa. -----

----- A Freguesia de Alvalade, com a dimensão territorial que tinha no momento, com a capacidade que tinha e com o prestígio que as novas Freguesias já gozavam, tivera a capacidade de mobilizar parceiros de grande dimensão e prestígio, como era a Universidade de Lisboa, a maior do País e sediada no seu território, os serviços de ação social e também a Cinemateca, que era uma estrutura da administração direta do Estado. -----

----- No dia 2 seria exibido o filme alemão “Die Welle”, que era a propósito da reabilitação em contexto escolar de regimes totalitários; no dia 9 o filme “Catembe”, a

propósito da dimensão colonial do regime que caíra em 1974; no dia 16 um filme chamado "As Operações SAAL", que era a propósito dos fenómenos de realojamento após o 25 de Abril 1974, que aliás tinham dado origem ao bairro que era conhecido como Bairro Fonsecas e Calçada e que era retratado nesse filme. Esse filme tinha sido escolhido em virtude de retratar uma realidade existente no território da Freguesia e que se acarinhava. -----

----- No dia 3 de maio, no auditório onde se encontravam, aconteceria um concerto do Coro "Lisboa Cantat" de homenagem a Fernando Lopes Graça, com temas desse compositor antifascista e militante do PCP. Disse que esse concerto era uma antestreia do concerto que esse mesmo coro iria exhibir no dia seguinte no Centro Cultural de Belém, a propósito dos Dias da Música. Tinham a honra de os receber de véspera para apresentarem a mesma programação que apresentavam depois num evento de grande dimensão cultural nacional. Primeiro apresentava-se a Alvalade e depois apresentava-se ao País e à Europa, que também frequentava esse tipo de iniciativas. -----

----- Nesse concerto teriam a honra de ter uma alocução do Coronel Vasco Lourenço, Presidente da Associação 25 de Abril, com umas palavras comemorativas dessa data. -

----- Não havendo uma sessão solene da Assembleia de Freguesia comemorativa do 25 de Abril, estava convencido que não perdiam pela demora e iriam dar dignidade e expressão cultural à memória de Abril em datas subsequentes, com aquilo que se pretendia viesse a ser a programação cultural da Freguesia daí para a frente. Essa dimensão de expressão cultural seria a normal para o futuro da Junta de Freguesia. ----

----- Relativamente à reorganização administrativa, fazia um cumprimento ao Senhor Tesoureiro, que ia estoicamente levando a cabo um processo de organização que era de monta, com muitas transformações, a maior parte das quais iriam discutir a propósito dos instrumentos de gestão previsional. -----

----- Era já apresentada a informação financeira que tinha ficado prometida na última Assembleia ordinária, onde se via uma execução da receita drasticamente superior. Recebera-se uma tranche do financiamento da DGAL e no auto assinado a 10 de março com a CML estava a forma de cálculo de acerto de contas desse tipo de operações, que permitiria o equilíbrio num contexto mais consentâneo com aquilo que era aprovado. -

----- Queria deixar o exemplo da higiene urbana como o exemplo mais acabado de que a reorganização administrativa da cidade era um sucesso no terreno, uma vez que era absolutamente visível o resultado do ponto de vista da lavagem. Aliás, isso tinha dado origem a uma coisa nova do ponto de vista da comunicação dos munícipes com a autarquia local, agora recebia-se correspondência com elogios de cidadãos relativamente à qualidade da limpeza e das operações de lavagem que foram iniciadas nas últimas semanas. -----

----- Deixava por isso um cumprimento ao Senhor Secretário, pela forma como vinha liderando esse processo e também ao encarregado geral, o Senhor Daniel Rodrigues, que vinha tendo grande capacidade de resposta às solicitações. -----

----- Trazia um exemplo de uma comunicação que fora remetida por uma insuspeita cidadã, a Dr.^a Simonetta Luz Afonso, anterior Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, moradora no Campo Grande, que mandara uma mensagem de grande ânimo. Estava maravilhada a ver operações de lavagem na sua Freguesia, coisa que não via desde há muito tempo atrás. -----

----- Disse que como tinha sido público e notório na comunicação social, os Presidentes das Juntas de Freguesia da cidade tinham sido agraciados com a Chave da Cidade de Lisboa. Queria aproveitar o momento para, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, apresentar a Chave da Cidade aos Membros da Assembleia de

Freguesia e ao público presente. Era património que ficaria na Freguesia para tempos imemoriais. -----

----- **O Senhor Presidente** agradeceu em nome da Freguesia. -----

----- **Membro Nuno Domingues (BE)** referiu que, segundo fora dito, o regulamento de atribuição de apoios já estava concluído e a pergunta que tinha ao Senhor Presidente da Junta era se as sugestões do BE foram tidas em conta e em que sentido. Começava por essa questão para fazer a ponte com as questões colocadas pelo freguês Pedro Aparício, que no fundo iam ao encontro da preocupação do BE e que era garantir que os cidadãos da Freguesia obtinham informação atempada e com qualidade. -----

----- Por mais esforço que fizessem os Membros do atual Executivo, o que se verificava, e todos poderiam testemunhar enquanto fregueses e munícipes de Lisboa, era que se continuava sem saber o que a Câmara e o Executivo da Freguesia faziam no dia-a-dia. Por exemplo, a propósito da zona 30 havia muitas obras em curso na Freguesia, mas frequentemente era abordado por fregueses que lhe perguntavam quem decidira, para o que servia a obra. Não encontravam essa informação na Freguesia e tinham que fazer um grande esforço para a obter. -----

----- Por outro lado, também por mais esforços que fizessem, todos sentiam que a qualidade da sinalética, nomeadamente de segurança rodoviária temporária, continuava a ser insuficiente. Tinham que continuar a inventar novas formas de solucionar esse problema, dando informação de qualidade aos fregueses. -----

----- Outra questão era saber o ponto de situação em relação à transferência de pessoal. Sabia-se que estava em curso uma passagem de 71 funcionários para a Freguesia, partindo-se dos 15. No final do processo haveria 86 trabalhadores na Freguesia e gostava de saber se apenas existia uma transferência em regime voluntário, qual o ponto de situação em relação a essa matéria tão importante. -----

----- Conexo com essa questão era saber a situação em relação à aplicação do acordo das 35 horas aos trabalhadores da Freguesia. Sabia-se que a Câmara já tinha efetivado esse acordo, assim como outras Freguesias de Lisboa. Se estava atrasado, gostaria de saber quais eram as razões. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que, perante o documento apresentado pelo Senhor Presidente da Junta, qualquer pessoa que conhecesse a Freguesia de Alvalade poderia argumentar que gostaria de ter outras coisas resolvidas, mas quaisquer outras pessoas de dentro ou fora da Freguesia que passassem os olhos por esse documento chegavam à conclusão de que se alguma coisa o Executivo tinha feito era trabalhar e bastante. Era com satisfação que o PS constatava que o Executivo tinha encetado atividades nas mais diversas áreas. Destacava a saúde, mas também o ambiente, a segurança e a ação social. -----

----- O Executivo aprofundara o trabalho que já tinha sido apresentado anteriormente e queria e gostaria de destacar a cultura, em que o Executivo continuava a apoiar as exposições na sede, continuando assim iniciativas bem sucedidas do passado, dando sinais de boa convivência democrática. Não era de mais sublinhar, até porque estavam a comemorar os 40 anos do 25 de Abril. -----

----- Outra área que sublinhava era a higiene urbana e não acrescentava mais porque o Senhor Presidente da Junta já o fizera de forma bastante completa. -----

----- Relativamente à despesa e os números apresentados, queria manifestar o agrado do PS pela gestão criteriosa e responsável que o Executivo vinha fazendo dos dinheiros públicos e também destacar as duas grandes fatias da despesa, que iam responder aos anseios que muitas vezes eram comunicados pela população de Alvalade, na higiene urbana e no espaço público. -----

----- Finalmente, salientar também todo o trabalho desenvolvido por todos os funcionários e todo o Executivo, no sentido de tornar o mais ligeira possível a transição durante a reorganização administrativa. Estavam todos de parabéns e esperava que continuassem esse trabalho bem sucedido. -----

----- **Membro Valdemar Salgado (PSD)** perguntou se o Senhor Presidente da Junta sabia a razão da transformação da calçada em mosaico, uma laje que mais parecia um atalho, no cruzamento da Avenida do Brasil com a Rua Afonso Lopes Vieira, no cruzamento da Avenida do Brasil com a Rua Fausto Guedes Teixeira, no cruzamento da Avenida de Roma com a Rua Violante do Céu. Tinham-se feito obras, pensava que fosse para fazer uma passadeira sobrelevada, o que não se fizera, nem sequer rebaixaram os passeios. Se o Senhor Presidente da Junta soubesse dizer a razão, agradecia. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** começou por dizer que era sempre bom ter uma Assembleia de Freguesia tão preenchida. -----

----- Tinha uma questão relativa às zonas 30, porque passava todos os dias no Bairro das Estacas e as sobrelevações das zonas 30 eram todas diferentes. Não sabia se era uma questão geométrica, se era uma questão de engenharia civil, mas umas tinham 25 centímetros, outras tinham 30, outras tinham mais. Por exemplo junto ao Teatro Maria Matos eram significativas. Tivera oportunidade de ver e depois alguns fregueses lhe terem falado, ao que tinha dito, fazendo boa fé naquilo que o Senhor Presidente tinha dito, que certamente quem ia com velocidade eram os carros, mas na realidade tinha acontecido consigo e ia a 20. -----

----- Começava a verificar que essas infraestruturas estavam, a seu ver, com algumas deficiências, mas o Senhor Presidente poderia esclarecer ou informar-se dessa situação.

----- Em relação à higiene urbana, dava os parabéns por se ter iniciado a limpeza que, segundo percebera, tinha começado na zona da antiga Freguesia do Campo Grande. Conhecia a Freguesia de lés a lés e sabia que a Freguesia estava muito suja. Era uma zona que não tinha frequentado ultimamente, mas era bom saber que já estavam a limpar as ruas para esse lado da zona do Campo Grande. No entanto, o repto que deixava era que a Freguesia não se confinava à zona do Campo Grande, como não era só a zona de São João de Brito ou de Alvalade. A Freguesia era muito grande e todos necessitavam de limpeza. Perguntou quando seria essa limpeza estendida a todos os bairros da Freguesia. -----

----- **Membro Diogo Moura (CDS-PP)** começou por dar os parabéns pela apresentação metódica e detalhada da Informação Escrita. Disse que tinha três questões que não faziam parte da Informação Escrita, que eram de âmbito mais geral, mas que preocupavam a Freguesia a vários níveis. -----

----- A primeira questão tinha a ver com o Bairro de São João de Brito, o também chamado Bairro Pote de Água. Havia mais de vinte anos que os moradores desse bairro clamavam pelo reconhecimento desse bairro como AUGI. Queria perceber o que o Executivo já tinha feito junto da Câmara Municipal, que era responsável pelo processo, para a sua regularização, uma vez que, tirando o saneamento, pouco tinha de apoio da Junta e da Câmara Municipal. -----

----- Outra questão era relativa a uma medida apresentada pelo então Vereador Nunes da Silva, em que se anunciava no mandato anterior que fechava o trânsito na Cidade Universitária. Queria saber se havia algumas novidades sobre isso, se a Cidade Universitária e o espaço envolvente seriam fechados à mobilidade automóvel, uma vez que a Câmara tinha esse processo havia mais de dois anos. -----

----- Por fim, sobre a calendarização das obras no Campo Grande, era um processo já com vários anos, desde 2003. O primeiro processo de remodelação e reconversão do

Jardim do Campo Grande tinha sido apresentado pela Junta de Freguesia do Campo Grande, nomeadamente pelo então Presidente Valdemar Saigado, e em 2011 era assinado o protocolo com a Universidade de Lisboa para a gestão de alguns equipamentos, nomeadamente do Centro Comercial Caleidoscópio. Esse protocolo previa que as obras se realizassem até ao primeiro semestre de 2012 e, portanto, gostaria de saber se o Senhor Presidente da Junta teria alguma informação sobre esse processo, quer junto da Universidade de Lisboa, quer mais particularmente junto de quem celebrara esse protocolo, a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente** referiu que não se furtava a fazer um breve comentário a um ponto muito específico do que se acabara de dizer. Era um local também, independentemente das funções que desempenhavam na Assembleia de Freguesia, para poder dizer aquilo que ia um pouco na alma. -----

----- Disse que em boa hora o projeto do Vereador Nunes da Silva tinha sido revertido para impedir o fecho total da circulação na Cidade Universitária. Mal fora que ele tivesse ido por diante, porque do seu ponto de vista, enquanto frequentador assíduo da Cidade Universitária e automobilista que passava diariamente por ali, estando ciente dos problemas de mobilidade existentes e das alternativas que não existiam, muito mal teria sido se esse projeto tivesse ido por diante. -----

----- Era essa a sua opinião enquanto freguês e enquanto cidadão. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu, quanto a uma questão do BE, que o que tinha dito era que fora concluído o processo de discussão pública. Os serviços estavam a compilar os contributos recebidos e as sugestões do BE eram perfeitamente atendíveis, porque estavam ligadas à transparência na divulgação dos apoios recebidos pelas diferentes coletividades que se candidatavam. Eram sugestões que mereciam todo o acolhimento da parte do Executivo e a resposta era tendencialmente favorável, sem prejuízo de se afinar a solução jurídica concreta que depois ficaria vertida no regulamento. -----

----- Quanto às questões da comunicação, elas continuariam a melhorar. Esperava poder surpreender desse ponto de vista, mas havia uma coisa que não podia deixar de dizer, de que não tinha a ambição de descobrir a pólvora relativamente à forma de chegar a cada cidadão. Havia sempre cidadãos que não eram informáveis em abstrato. -----

----- Desenvolvera-se a divulgação de um folheto produzido pela CML, através da distribuição postal nos bairros a que diziam respeito. Nesse em concreto tinham-se feito duas sessões de esclarecimento, uma na Associação de Moradores do Campo Grande e outra no posto de atendimento da Ernesto Vasconcelos. Depois foram feitas as reportagens que referira na TSF, RTP, Público, outros jornais de distribuição gratuita, etc. Era evidente que havia sempre um limite a partir do qual não se conseguia ir, não se podia bater à porta de milhares de pessoas, mas fazia-se um esforço que lhe parecia ser eficaz, uma vez que já havia a comparação entre um modelo de intervenção que não era feito dessa maneira no Bairro das Estacas. Havia sempre cidadãos que não sabiam, mas o volume de cidadãos que sabiam era muito maior do que no modelo anterior. -----

----- Sobre a transferência de pessoal, tinha duas fases. A primeira era a transferência de um volume mais significativo de pessoal que estava associado aos equipamentos cuja gestão e manutenção eram transferidas, designadamente na higiene e limpeza urbana, jardins de infância da rede pública, equipamentos desportivos e mercados e feiras nalguns casos. Esse grupo de funcionários transitara a 10 de março com a assinatura do primeiro auto e no momento ascendia a 52 pessoas, às quais teriam que subtrair duas, cujas circunstâncias especiais fizeram com que abandonassem. Uma por razão de ter iniciado uma licença sem vencimento e outra por uma razão curiosa que não deixava de partilhar, estava desaparecida havia dois anos e como era impassível de ser citada, em

virtude do seu desaparecimento, da situação de despedimento fruto do processo disciplinar, tinha sido citada em publicação no Diário da República no dia a seguir à assinatura do auto. Portanto, entrara num dia e saíra no outro. -----

----- Do ponto de vista dos voluntários, no momento, e essa situação evoluía a cada dia que passava, antecipava-se a segunda fase que se previa concluída para junho e que era a da seleção de pessoal feita através de uma comissão instalada na Direção Municipal de Recursos Humanos, que identificava os perfis que correspondessem àqueles que eram identificados pelas diferentes Freguesias. Nessa fase, de vinte e poucos que faltava preencher, havia seis pessoas já em funções, um especialista informático, uma técnica de comunicação, um assistente operacional que exercia funções de motorista na Divisão de Espaço Público, um técnico superior destinado ao Espaço Público, dois fiscais na Divisão de Espaço Público. Aos quais se juntava a Engenheira Iolanda Santana, que ia gerir a operação nos mercados e os projetos que a partir de dia 15 começariam a tomar forma. -----

----- Quanto à questão das 35 horas, estava-se a negociar com os sindicatos os termos próprios dos instrumentos da contratação coletiva de trabalho, mas havia uma situação em que o Tribunal Constitucional considerava que as autarquias locais tinham autonomia para celebrar instrumentos de contratação coletiva de trabalho no sentido mais favorável aos trabalhadores e o Ministério das Finanças encontrara um expediente que, salvo melhor opinião, era inconstitucional e que não se iria respeitar. -----

----- A Junta aplicava as 35 horas numa fase de transição até à formalização dos instrumentos de contratação coletiva de trabalho. O SINTAP e o STML estavam em negociações com a Junta e os trabalhadores praticavam o horário já no sentido que seria formalizado mais à frente. -----

----- Agradeceu as palavras do Membro do PS e disse que o Executivo manteria o que entendesse bem e excluiria o que não entendesse bem. -----

----- Quanto às questões colocadas pelo Membro Valdemar Salgado, esclareceu que essa questão estava relacionada com a consideração que havia, por unanimidade na Assembleia Municipal, de que devia haver uma transformação nos pavimentos pedonais da cidade no sentido de favorecer pessoas com mobilidade reduzida. Tratava-se de um faseamento, de primeiro fazer as intervenções no lancil do passeio e depois fazer as sobrelevações nas passeadeiras. -----

----- Esclareceu que parecia uma manta de retalhos porque a Câmara Municipal não podia intervir nas tampas das empresas de fornecimento dos serviços públicos essenciais. Essas tampas eram mantidas pelos próprios fornecedores. -----

----- Quanto à questão colocada pelo Membro Francisco Bento sobre a altura das passeadeiras no Bairro das Estacas, disse que na zona referida, na sua opinião, só havia uma passeadeira com altura excessiva, que era na Frei Miguel Contreiras com a Bulhão Pato. Eram questões que tinham sido comunicadas à CML e estava-se à espera de esclarecimento por parte dos serviços competentes. -----

----- Quanto às operações de lavagem, elas não tinham começado no Campo Grande e sim em São João de Brito. Tinha consigo a lista das ruas que tinham sido intervencionadas e podia disponibilizar essa informação. Havia muitas operações de lavagem no Campo Grande em virtude da própria dimensão do território, mas elas eram homogêneas em toda a Freguesia. Não havia uma zona da Freguesia favorecida em relação a outras. As operações eram decididas autonomamente pelo encarregado geral, que era quem do ponto de vista técnico tinha o domínio das exigências. -----

----- Agradeceu a observação colocada pelo Membro Diogo Moura quanto à qualidade da informação. -----

----- Quanto ao Bairro São João de Brito, podia responder o mesmo que tinha respondido a Senhora Vereadora Paula Marques. O que podia adiantar era que se tinha encontrado um parceiro para tentar colocar num BIP-ZIP a intervenção naquele território. Tinha sido identificada na semana anterior pela CML uma intervenção no espaço público naquele bairro como uma das prioridades para os próximos anos. Havia uma questão com a titularidade dos terrenos e quanto a isso a Junta não tinha nenhuma competência direta.-----

----- A Junta estava do lado da população nesse anseio, qualquer que viesse a ser a decisão da CML sobre isso. A Câmara estava informada dessa posição desde muito cedo, mesmo antes da eleição dos órgãos autárquicos no presente mandato. Não havia uma alternativa de realojamento que fosse do agrado da população e aquela situação tinha que ter um fim.-----

----- Não era propriamente um edificação de génese ilegal e, por outro lado, a população pagava mensalmente. Pela sua parte, estava muito empenhado na resolução desse problema, porque lhe parecia da mais elementar justiça e que ultrapassava quaisquer diferenças partidárias.-----

----- Quanto ao fecho ao trânsito na Cidade Universitária não tinha uma resposta. Sabia que tinha havido um recuo da posição inicial.-----

----- Os constrangimentos de tráfego cumpriram parte da sua finalidade, obrigavam os automobilistas a ir à procura de alternativas, que infelizmente, no contexto desse local, eram só duas: a Avenida das Forças Armadas e a Segunda Circular.-----

----- O estrangulamento ao trânsito naquele território, que do ponto de vista da fruição do espaço público era uma ideia inteligente, não funcionava porque não havia alternativas. Se houvesse, e não estava a apresentar isso como proposta política, era enterrar o trânsito. Quem ia da Avenida Lusíada e desembocava em frente à porta principal da Faculdade de Farmácia, era absolutamente trágico. Não importava de quem era a responsabilidade, mas tinha-se feito um caudal de afluência de tráfego a desembocar na porta de um edifício daqueles, o que não fazia sentido.-----

----- As alternativas de tráfego eram as que eram e tinha que se procurar resolver o problema.-----

----- Quanto ao Jardim do Campo Grande, o Senhor Vereador Sá Fernandes tinha dito no fim de semana que ia avançar com as questões pré-contratuais relativamente à zona sul do Campo Grande.-----

----- Quanto ao Caleidoscópio, tinha estado no passado fim de semana numa iniciativa da Associação Académica da Universidade de Lisboa, à qual presidia à data da assinatura desse protocolo com a CML. Aquilo que dissera nessa sessão pública e que já tinha dito na abertura do ano académico da Universidade era que se encontrara um parceiro que iria requalificar o edifício do Caleidoscópio e abri-lo à população, com serviços de vinte e quatro horas por dia para os estudantes, com restauração.-----

----- A responsabilidade da Universidade estava a ser cumprida, mas se a Universidade de Lisboa não quisesse tomar conta daquele edifício, a Freguesia de Alvalade teria que considerar muito seriamente o disputar a titularidade do mesmo, com vista à sua requalificação para pôr ao serviço da população da Freguesia. Era uma situação que acarinhava até a título pessoal.-----

----- **Membro Diogo Moura (CDS-PP)** disse que a questão levantada pela Senhora Vereadora Paula Marques era prévia, que era o reconhecimento do bairro como AUGL. Era a isso que o Senhor Vereador Manuel Salgado não dava uma resposta. A desculpa de que se estava numa área de servidão aeroportuária não servia para requalificar a zona habitacional do Bairro São João de Brito, mas já não era impeditiva para requalificar o complexo municipal e transformá-lo num campo de râguebi.-----

----- Gostava que a Junta de Freguesia instasse junto do Senhor Vereador Manuel Salgado. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a questão da AUGI não lhe parecia ter a ver com a servidão aeroportuária, o problema era de titularidade dos terrenos. -----

----- Todas as AUGIs no território da Cidade de Lisboa eram em terrenos privados e nos quais os moradores edificaram sem consentimento. A diferença naquele caso era tratar-se de terreno municipal onde tinha havido edificação tolerada, embora não licenciada, o que invertia um pouco os dados de partida. Parecia-lhe que deveria ser essa a preocupação principal do Senhor Vereador Manuel Salgado. -----

----- A Junta de Freguesia estava empenhada em obter da parte do Senhor Vereador Manuel Salgado uma posição pública sobre essa matéria, uma vez que tomara uma posição no mandato anterior dizendo que no atual mandato apresentaria uma solução. As pessoas já lá estavam havia 40 anos e tinha que haver uma solução, fosse por consolidação daquele bairro, ou fosse por alternativa de realojamento daquelas pessoas. Era uma solução aventada até pelo então Presidente Santana Lopes, que queria fazer uma intervenção. -----

----- Quanto si, o realojamento ali tinha corrido muito mal e os que não aceitaram ainda lá estavam, os que aceitaram foram realojados em habitação municipal. -----

----- Tinha havido um entrave ao projeto a propósito de compromissos já assumidos relativamente aos terrenos da Quinta do Narigão, que impedira uma solução de realojamento com obra nova. No momento não havia, seguramente, capacidade financeira para edificar um bairro de raiz de habitação municipal. -----

----- **Ponto 2 – Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era um exercício tradicionalmente dotado de alguma banalidade, mas nesse ano havia um dado novo. -----

----- Esclareceu detalhadamente todo o processo relativo a esse assunto. -----

----- Cumprimentou o Senhor Tesoureiro pela liderança da equipa. Não tinha sido fácil, perante aquilo que a Freguesia atualmente geria, fazer esse tratamento. -----

----- Uma advertência já para o próximo ano era a data. Não estavam ainda os bens que transitaram com data de 10 de março e no próximo ano teriam um inventário de muito maior dimensão. Era uma tema para a prestação de contas de 2015 e seria interessante ver o volume com que o inventário se apresentava dentro de um ano, uma vez que ele já não era pequeno. -----

----- **Ponto 3 – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas – Alinea a) das extintas Juntas de Freguesia de Alvalade, Campo Grande e São João de Brito, referentes ao período de 1 de janeiro de 2013 a 29 de setembro de 2013, nos termos da proposta N° 19/2014; Alinea B) da Junta de Freguesia de Alvalade, referentes ao período de 30 de setembro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o POCAL considerava instrumentos distintos de prestação de contas para Freguesias que ficassem abaixo do montante de subvenção das contas ao Tribunal de Contas e das Freguesias que ficassem acima desse montante. As extintas Juntas estavam acima, mas a nova Junta estava abaixo e o acerto de documentos que o POCAL exigia diferente. Era por isso que os documentos apresentados eram diferentes. -----

----- Resultava que no próximo ano, uma vez que a Freguesia de Alvalade passava a ter um volume de negócios superior a um milhão de euros, que era o montante determinado pela Segunda Secção do Tribunal de Contas. Aí já teria documentos conformes àqueles que foram apresentados pelas extintas Juntas. -----

----- O entendimento do Executivo, em que era acompanhado pela entidade que prestava consultoria nessa área, era de que, uma vez que a competência definida na Lei das Autarquias Locais para a Assembleia de Freguesia de Alvalade era de apreciar as contas referentes ao ano anterior e que por sua vez a Lei nº 81/2013, de seis de dezembro, fazia as novas Freguesias suceder nas obrigações das extintas, significava isso que eram herdeiros também dessa obrigação de prestação de contas. -----

----- O que se tinha feito era colocar essa argumentação jurídica na Proposta 19/2014 e depois apensaram-se os documentos que os titulares das extintas Juntas deixaram e que, aliás, já tinham sido submetidas ao Tribunal de Contas à época, em virtude de uma resolução emanada desse Tribunal. -----

----- Todavia, havia um ato que não tinha sido consumado em tempo de existência dessas extintas Juntas de Freguesia, que faltava e que, no entendimento do Executivo, era competência da Assembleia de Freguesia. -----

----- Quanto ao ponto 3 - b), havia uma boa previsão do lado da receita e, satisfatoriamente, tinha muita parcimónia do lado da despesa, apresentando por isso um resultado líquido positivo. Ficava-se com um valor relativo ao último trimestre de 108.721,95 euros, que seria integrado no saldo de gerência global. -----

----- Referiu que um dos três meses apresentados nessas contas era ainda da execução orçamental consolidada das três antigas Juntas de Freguesia. -----

----- Esse era o cenário que a situação financeira da Junta apresentava à data de 31 de dezembro, com todos os elementos. -----

----- **O Senhor Presidente**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **ponto 3 - a)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor e 1 abstenção. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 3 - b)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor e 4 abstenções. -----

----- **Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta de Segunda Revisão ao Orçamento de 2014, com incorporação do saldo de gerência;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que do lado da receita havia dois aspetos fundamentais. Em primeiro lugar um afinamento da informação a propósito da receita estimada da ocupação da via pública, em virtude de alguma incerteza resultante da cobrança subsequente à implementação do licenciamento zero. Decidira-se reduzir drasticamente para efeitos de alguma prudência, dada a dificuldade em antecipar o que seria o resultado dessa cobrança nesse contexto. Era um aspeto que lhe parecia de grande relevo. Em segundo lugar havia a incorporação no saldo de gerência. -----

----- Do ponto de vista da despesa, desde 10 de março que tinham fixado com a CML o montante de refinamento dos cálculos com que se tinha apurado o valor da transferência do Orçamento de Estado para a Junta de Freguesia de Alvalade na Lei 56/2012, que era de 500.000 euros por ano. Todavia, a Câmara Municipal, como estava a suceder com outras Juntas, defendia-se dizendo que o propósito da reorganização administrativa era fazer transferir competências de manutenção e, portanto, o seu orçamento havia de ser utilizado para despesa corrente. -----

----- Conseguira-se evoluir na reflexão da CML para um segundo passo, em que a Câmara admitia alguns cenários em que a manutenção fosse reforçada e correspondesse a alguma requalificação de equipamentos, ou mesmo em investimentos, desde que isso correspondesse à possibilidade de abater uma rubrica orçamental do lado do Orçamento da Câmara, que perdia no seu Orçamento 68 milhões de euros que eram absorvidos de forma distribuída pelas Juntas de Freguesia. Se permitisse que as Juntas de Freguesia alocassem superávits em atividades que fossem da sua preferência, grandes reforços do

ponto de vista do desempenho de manutenção ou investimentos diversos, a Câmara ia perder uma capacidade que seguramente teria significado na cidade.-----

----- A grande vantagem em apresentar uma proposta orçamental em que a Junta absorvia a responsabilidade de alguns compromissos de investimento da CML era porque tinha a garantia deles serem executados no território e que não entravam na lista de prioridades da Câmara Municipal, onde podiam ser implementados em Santa Clara, na Ajuda, em Santa Maria Maior, onde quer que fosse, mas não estava garantido que fosse nas prioridades da gestão da própria Junta de Freguesia.-----

----- Embora não estivessem formalizados os protocolos de delegação de competências, que depois de aprovados pela Assembleia Municipal seriam trazidos à Assembleia de Freguesia, considerava-se que era o momento de fechar o exercício orçamental na Assembleia de Freguesia, fazendo-o num período normal subsequente a eleições. Se não tivesse havido fusões de Freguesias, obrigando à aprovação de instrumentos de gestão provisional relativos ao último trimestre, em dezembro, na sequência de eleições era dever do Executivo apresentar o primeiro Orçamento apenas nos meses de março/abril. Era o que estava previsto na Lei para os anos subsequentes a exercícios eleitorais.-----

----- Não se tinha essa opção nesse contexto. Primeiro precisavam de instrumentos de gestão provisional para os três meses com que se acabara o ano de 2013, mas não havia nenhum Orçamento no qual basear para o início de 2014. Ainda assim, consolidava-se o exercício orçamental no período que seria o normal, caso não tivesse havido fusões.---

----- Disse que havia o compromisso de construção de um pavilhão ao Clube Desportivo FONSECAS e CALÇADA. Era um dos compromissos que o Orçamento permitia. A Junta sempre afirmara que qualquer que fosse o contributo da Câmara nesse domínio, seria feito do Orçamento da Junta se a Câmara não avançasse. Haveria condições de lançar todos os procedimentos necessários ao avanço da empreitada nas próximas semanas e meses, podendo ter no mais curto prazo possível essa obra no terreno.-----

----- Outro projeto era o do Clube de Râguebi de São Miguel, a requalificação do complexo desportivo municipal de São João de Brito, ao qual a Câmara, no seu Orçamento, tinha comprometido 500.000 euros repartidos igualmente em 2014 e 2015.

----- A Junta não queria replicar na requalificação do complexo municipal de São João de Brito os problemas na requalificação da piscina da Penha de França. Pretendia-se rentabilizar o investimento do lado da Junta, poupando uma despesa de 70 mil euros e, acima de tudo, comprometendo com o clube a impossibilidade de se candidatarem a apoios financeiros à atividade desportiva até ao fim do período de concessão. A Junta apresentava-se como aquela que seria a entidade mutuante, num certo sentido.-----

----- Era um modelo de gestão dos equipamentos que lhe parecia bem conseguido. Parecia ser mais transparente fazer uma imputação do saldo de gerência a projetos concretos do que fazer, como se fazia ciclicamente em todos os anos anteriores, a outros serviços, que ainda assim, apesar de tudo, tinham necessidade de fazer para continuar a assegurar uma gestão consciente daquilo que era o saldo da Junta de Freguesia.-----

----- Aquilo que parecia um investimento de capital, o que havia era o adiantamento de capital que era repostado numa determinada filosofia, com o uso de um superavit muito confortável do ponto de vista da reorganização administrativa e que permitia à Freguesia capacidade para assumir num mais curto prazo e, acima de tudo, sem correr o risco de perder esse tipo de financiamento, que depois seria estendido a outros projetos.

----- O que se consagrava era a possibilidade de se avançar com a conceção do estudo prévio dos dois equipamentos desportivos, avançar com o projeto de execução desses dois equipamentos desportivos para o lançamento das empreitadas se fazer com tempo útil.-----

----- Ainda teria que se trazer à Assembleia de Freguesia o protocolo de delegação de competências, porque as Freguesias tinham apenas competências de gestão corrente relativamente a esses equipamentos. No entanto, entendia que não precisavam de protocolo de delegação de competências para a requalificação do complexo desportivo do Fonseca e Calçada, mas isso estava a ser discutido entre juristas e quando chegassem a uma posição seriam encetados os procedimentos necessários. -----

----- Era com grande satisfação que se apresentava a proposta à Assembleia de Freguesia, porque ela permitia finalmente dar corpo à legitimidade da Junta de Freguesia em exercer as suas competências. A Junta de Freguesia só podia exercer competências desse género com base nas Grandes Opções do Plano. -----

----- Estimava que fosse a última revisão orçamental no corrente exercício orçamental, sem prejuízo de melhor informação se viesse a ser necessária, o que permitia concentrar do ponto de vista da gestão financeira noutra tipo de preocupações daí para a frente. --

----- **Membro Valdemar Salgado (PSD)** disse que ficava muito contente por saber que finalmente o Clube Fonseca e Calçada iria ter o seu pavilhão. Lembrou ao Senhor Presidente da Junta que havia um projeto para o pavilhão, se quisessem aproveitar. ----

----- Sobre a revisão, tinha havido um reforço de 27 mil euros e gostava de saber a que se devia. -----

----- (Parte da intervenção impercetível)-----

----- **Membro Diogo Moura (CDS-PP)** disse que via com agrado e com regozijo o avanço das obras no complexo do Fonseca e Calçada e no complexo desportivo municipal de São João de Brito. -----

----- Tinha uma dúvida que a Câmara nunca lhe conseguira esclarecer. Essas obras decorriam do Orçamento Participativo 2010/2011, em que, como todos sabiam, se processava a apresentação de projetos que depois iam a votos dos cidadãos de Lisboa. O que acontecia era que a proposta vencedora não era a proposta do Clube de Râguebi de São Miguel, era de outro clube. Gostaria de saber se o podiam informar, se tinha havido contactos com esse clube por parte da Câmara e se era esse clube que tinha declinado a gestão. -----

----- Voltando à Assembleia de Freguesia de 26 de dezembro e à aprovação do Orçamento, em que o CDS se abstivera, lembrava que ao abrigo do estatuto do direito de oposição o CDS tinha apresentado uma proposta para criação de um fundo social de freguesia para ajudar as famílias mais carenciadas da nova Freguesia de Alvalade. Das 24 Freguesias de Lisboa, 17 já tinham um fundo social de freguesia proposto pelo CDS. -----

----- Na altura o Senhor Presidente da Junta não teria percebido muito bem, ou não concordava com as regras de atribuição e o critério de atribuição das verbas, mas ficara um compromisso para numa futura revisão orçamental voltarem a discutir esse assunto. Portanto, uma vez que devia ser a última revisão orçamental, gostaria de saber se por acaso o Executivo tinha pensado nessa proposta, nomeadamente em integrá-la. Se não era o caso, qual a razão de não a integrar na revisão orçamental. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** começou por felicitar o Senhor Presidente da Junta por essas duas infraestruturas que, felizmente, pareciam ir avançar. -----

----- Queria ressaltar especialmente a do Fonseca e Calçada, porque só conhecera o Bairro Fonseca e Calçada na campanha eleitoral. Não fazia a mínima ideia de quais eram as pretensões da população em terem lá um polidesportivo, que parecia ir finalmente avançar. Dava os parabéns à população, que tinha lutado por isso, e também ao Executivo, que ia avançar com essa iniciativa. -----

----- Contudo, queria deixar uma ressalva, de que essa infraestrutura fosse de paz e harmonia e que não fosse só para usufruto do Bairro Fonseca e Calçada. Da mesma

maneira que lhe fora transmitido por muitas pessoas do FONSECAS e CALÇADA que se tinham de deslocar a outros campos para exercer, que estivessem capacitados para também receberem outros organismos que não tinham a felicidade de ter um campo. --

----- Era isso que deixava como nota por parte do PSD, que estava também a favor dessa infraestrutura. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que tinha algumas dúvidas sobre a verba de 1.400.000 euros. Em primeiro lugar, tanto quanto se via, havia um compromisso por parte da Câmara Municipal de Lisboa de investir cerca de 900.000 euros, fruto do Orçamento Participativo, no campo de rãguebi de São Miguel. -----

----- Ao mesmo tempo existia um superavit anual de 500.000 euros que, num documento que tivera o privilégio de ver, era suposto ser aplicado no campo de jogos do Clube FONSECAS e CALÇADA. Comungava da opinião generalizada, era uma promessa eleitoral e ainda bem que ia ser cumprida. -----

----- Também era suposto fazer uma intervenção no Parque José Gomes Ferreira e no parque desportivo de São João de Brito. -----

----- A ideia que tinha, numa leitura sumária, era que a Junta de Freguesia estava a fazer um frete à CML, porque aceitava num ano pagar e alocar 1.471.000 euros que deviam ser divididos por um período e já estava, por antecipação, a pôr esse dinheiro à disposição. -----

----- Ao mesmo tempo, essa verba era metade do valor acumulado em várias gerências das três anteriores Freguesias e sentia que na Freguesia de Alvalade havia coisas mais importantes onde aplicar o dinheiro. -----

----- Havia necessidade de aplicar o dinheiro no fundo de emergência social, havia necessidade de aplicar o dinheiro para ajudar as pessoas que tinham dificuldades em pequenas obras nas suas residências, ou em tapar buracos existentes em muitas das vias da Freguesia. -----

----- Tudo isso criava algumas dúvidas e gostava de as ver esclarecidas. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que já estava estimado na receita do exercício orçamental anterior a receita líquida dos depósitos constituídos. O que se tratava era de ser mais rigoroso e colocar a receita total e a receita bruta e, portanto, tinha que se fazer o reforço da componente que dizia respeito aos impostos que iriam ser pedidos. -----

----- Quanto aos outros serviços, que estavam numa orgânica de projetos, era o expediente tradicionalmente utilizado pelas Juntas de Freguesia que tinham saldos de gerência, que era para não darem ideias ao Tesouro, para poder executar orçamentalmente tudo o que era dotação disponível e para ter um equilíbrio formal. ---

----- Quanto às questões do Membro Diogo Moura, não podia esclarecer sobre aquilo que se passava em coletividades de fora da Freguesia, uma vez que não tinha conhecimento direto e podia estar a cometer imprecisões. Tanto quanto sabia, tinha sido avaliada tecnicamente a possibilidade de construir na Alta de Lisboa um equipamento para a outra coletividade, tendo obrigado a Câmara a divergir o investimento para a Freguesia de Alvalade. Ficava satisfeito que sucumbisse a motivos técnicos, porque lhe facilitara muito o trabalho, para não ter que sucumbir a outros motivos que não fossem técnicos para levar o equipamento para Alvalade. -----

----- Quanto ao fundo social de Freguesia, na realidade beneficiava um número muito restrito de famílias. A seu tempo seria desenhado um modelo que permitisse acautelar as situações de carência emergente. -----

----- Quanto à intervenção do Membro Francisco Bento, não a tinha compreendido integralmente. Ficava-lhe bem a confissão de só ter conhecido o Bairro FONSECAS e CALÇADA na campanha eleitoral. Era uma infraestrutura complexa e que merecia um

debate muito aturado, que estava numa fase muito preliminar e em que se iria lançar o estudo prévio consentâneo com a possibilidade do terreno receber um equipamento daquela natureza. Já se sabia que cumpria as medidas regulamentares e que se podia avançar para a fase seguinte. Legitimados orçamentalmente para tanto, avançariam com tudo o que fosse necessário, sempre no estrito cumprimento da legalidade. -----

----- Os montantes que aí estavam em causa, que envolviam cerca de 300 mil euros mais IVA, eram montantes que ultrapassavam a possibilidade de fazer essa obra por ajuste direto.-----

----- Quanto às questões levantadas pelo Membro Aquino de Noronha, ficava muito contente que tivesse usado a expressão que usara, porque permitia colocar a discussão num outro patamar e tentaria esclarecer novamente qual era a metodologia que aí estava em presença, uma vez que tinha de haver um pressuposto de esclarecimento da proposta.-----

----- Estava identificado um superavit orçamental. De acordo com critérios muito finos e das negociações da Junta de Freguesia com a CML, o superavit decrescera de uma forma muito impressionante. A Câmara apresentava números na ordem dos 800 mil euros de superavit e cifrara-se nos 500 mil, o que significava que já só tinham em relação às contas iniciais da Câmara de Lisboa, por afinação dos critérios de cálculo, uma bolsa muito significativa do orçamento corrente. Sobravam 500 mil euros que não podiam ser surpresa para ninguém na Assembleia de Freguesia.-----

----- Tinha-se apresentado um nível de investimento realizado com recurso ao orçamento corrente no Orçamento aprovado em 26 de dezembro, também com o voto do PCP, num valor de 640 mil euros, que era um valor anormal de orçamento corrente alocado a despesas de capital.-----

----- No primeiro exercício orçamental feito pela Junta intuía-se que havia qualquer coisa de volume financeiro a mais. O mais eficaz seria “cavalgar” algumas despesas de investimento nesse montante identificado, que numa primeira fase a Câmara nem queria assumir. A ideia era usar a cláusula que o Orçamento de Estado permitia para tirar esse dinheiro da última tranche de capital a transferir para a Junta de Freguesia e iam propor uma alteração legislativa para, do ponto de vista estrutural, retirar esse montante da Lei para os anos subsequentes.-----

----- Ainda havia 600 mil euros que poderiam ser retirados estruturalmente e que até podia ser mais, se houvesse alguma divergência na fase final das negociações com a Câmara de Lisboa, mas aí seria reajustado aquilo que se tivesse de reajustar. A verdade era que ainda havia 600 mil euros não imputados a lado nenhum. A Junta não era completamente livre de conformar esse dinheiro, porque na verdade ele não era da Junta de Freguesia de Alvalade, era da Câmara Municipal e tinha que ser definido por acordo.-----

----- A Junta de Freguesia estava no terreno e parecia-lhe que poderia executar esse dinheiro, não permitindo que ele revertesse de novo para a Câmara Municipal. Ainda que fosse na absorção de protocolos de delegação de competências futuramente a custo zero, coisa que já falara na última Assembleia de Freguesia, quer fosse por outros expedientes desse tipo, no momento em que a Câmara autorizasse a Junta a consumir por sua iniciativa uma parte desse superavit, teriam a certeza que ele era implementado no território.-----

----- Aquilo que era importante não era o PPI, eram as rubricas que nasciam no orçamento de capital, que permitiam avançar com isso. Não havia nenhuma intenção de consumir saldos de gerência acumulados. Pelo contrário, queria-se que nos protocolos de delegação de competências ficasse bem claro que o dinheiro que estava a ser utilizado era por conta daquele superavit, que era um orçamento novo, não era o orçamento velho.-----

----- Só se assumiriam os compromissos relativamente ao Râguebi de São Miguel se ficasse claro, preto no branco, que o dinheiro que se estava a gastar era aquele e não outro qualquer que estivesse do lado da Junta de Freguesia. Tentava-se preservar ao máximo uma almofada de capital, mas não se entendia que a acumulação de capital fosse um meio em si das entidades públicas, pelo menos se não previssem um confronto bélico qualquer em que a Freguesia de Alvalade viesse a ser parte. -----

----- O Orçamento da Freguesia de Alvalade devia servir a população. O Orçamento da Junta de Freguesia de São João de Brito também devia ter servido a população. Foram decididas outras coisas e respeitava as opções tomadas no passado, as Juntas até já tinham sido extintas e não interessava. No caso até era para um projeto bastante meritório, a construção de um centro social na Freguesia de Alvalade que já fora discutido na Assembleia de Freguesia de 26 de dezembro. No entanto, aquele dinheiro não era sagrado. -----

----- Não se retirava do PPI qualquer lesão daqueles saldos, só para antecipação de algumas etapas que depois se pensava capitalizar por duas vias, por via daquela almofada e por via de uma importante requalificação do sector da despesa, em que já havia a noção de se conseguir conquistar com a otimização da prestação de serviços de manutenção do espaço público, etc. Já se conseguiam identificar algumas rubricas nas quais, com as redundâncias que eram eliminadas das extintas Freguesias, havia uma verba muito importante que se conseguiria poupar. -----

----- Era difícil que o Orçamento fosse executado na sua plenitude durante o corrente ano civil, depois a planificação seria adequadamente revista de futuro, mas tinha que se garantir uma coisa absolutamente fundamental, que se conseguia emitir dois documentos sem os quais atualmente as entidades públicas não faziam nada, a declaração de cabimento e a declaração de fundos disponíveis. Não se podia abrir uma empreitada sem esses documentos e a solução mais simples era essa, do ponto de vista operacional. Era essa que se propunha, sem prejuízo de haver a noção já daquilo que iria ser o Orçamento de 2015 e subsequentes, em que os ganhos do ponto de vista da poupança do orçamento corrente seriam mais evidentes à medida que o tempo ia passando, uma vez que era preciso deixar alguns contratos chegarem ao fim para depois fazer o lançamento dos procedimentos pré-contratuais da manutenção futuros. Era uma operação de grande complexidade. -----

----- Havia coisas que, apesar da reorganização administrativa, era inaceitável que sofressem qualquer retrocesso, designadamente nas obras que eram mais necessárias à população. O grande óbice da população em relação ao procedimento na questão do Fonsecas e Calçada eram as dificuldades temporais que a circunstância de ser precisa uma empreitada de obras públicas, ao nível do concurso público, punha nos calendários desportivos do clube. Era por isso que iam acontecendo conversações muito importantes do ponto de vista da fixação de calendários, que permitissem consagrar a atividade desportiva na dependência de um procedimento com esse grau de complexidade. -----

----- Era a forma mais simples do ponto de vista da gestão previsional. Não havia frete nenhum do ponto de vista da gestão previsional. Quem estava a ceder nesse processo era a Câmara, não era a Junta de Freguesia de Alvalade. Quem estava a ceder do seu orçamento para que, por essa metodologia, esses processos de investimento fossem feitos no território era a Câmara Municipal. -----

----- Era verdade que havia outras opções possíveis, mas não eram possíveis nesse novo Orçamento, porque havia uma banda de dinheiro que não lhes competia sozinhos determinar como seria despendido. Até admitia do ponto de vista teórico que seria uma situação paradisíaca poder utilizar aquele superavit financeiro para os projetos que entendessem, mas isso não tinha qualquer adesão à realidade, porque do outro lado

estava a Câmara Municipal a dizer que isso não podia ser. Era por isso que pretender investir de outra maneira, em projetos a que não correspondesse o abatimento de uma rubrica no Orçamento da Câmara Municipal, não tinha adesão à realidade. -----

----- Na responsabilidade que tinham de governar no cenário apresentado, era preciso fazer escolhas. A escolha que se tinha feito era de consagrar aquilo que do ponto de vista do desenvolvimento humano era considerado como projetos determinantes para as coletividades e a atividade desportiva na Freguesia, sem prejuízo desses equipamentos, até porque isso decorria da Lei, estarem ao serviço da comunidade. A Lei, quando dava competências às Juntas para decidirem sobre a gestão de equipamentos com outras entidades, salvaguardava que eles deviam ser geridos no interesse mais alargado da comunidade. -----

----- Disse que era o exercício possível, na sua opinião o exercício desejável, que permitia avançar a passos largos para conseguir enveredar por um processo que era muito complexo. Aliás, o PCP sempre achara que o processo era muito complexo. Era um processo de grande esforço, em que os funcionários da Junta de Freguesia tinham tido um trabalho notável do ponto de vista da abnegação, da entrega a tarefas de um grande patamar de complexidade. Ainda assim, a Junta estava na disposição de não interromper o desenvolvimento de projetos que considerava essenciais. -----

----- Admitia que pudesse haver uma visão diferente sobre essas coisas, democraticamente não tinha nada de errado, mas os compromissos com as coletividades tinham que ser honrados. -----

----- Estava sempre disponível para esse tipo de debate e esperava ser completamente esclarecedor, porque não deviam ficar quaisquer dúvidas. -----

----- **O Senhor Presidente**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Segunda Revisão ao Orçamento de 2014**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 15 votos a favor e 2 abstenções. -----

----- **Membro Aquino de Noronha** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Independentemente da bondade das obras previstas no PPI, cujo valor envolve mais de 1.400.000 euros só em 2014, o PCP entende que existem algumas questões que não estão devidamente esclarecidas, apesar do esclarecimento que o Senhor Presidente prestou, e a nossa abstenção deve-se a isto.* -----

----- *Pensamos que é uma desresponsabilização da Câmara Municipal de Lisboa do compromisso que esta assumiu no Orçamento Participativo, de alocar cerca de 900.000 euros para a construção do campo de jogos do Clube de Râguebi de São Miguel.* -----

----- *A resolução do superavit de 500.000 euros que a Junta teria de devolver à Câmara incluiria inicialmente atuação no pavilhão do Clube Fonsecas e Calçada, no Parque São João de Brito e no Parque José Gomes Ferreira.* -----

----- *A verba inscrita no PPI não faz o desdobramento dos valores para estas obras, o que poderia levar a que alguns desses investimentos não se realizassem.* -----

----- *Pensamos que existem na Freguesia de Alvalade situações que parte destas verbas poderiam ajudar a resolver, nomeadamente com o fundo de emergência social, quer para reparações em casas de pessoas carenciadas, quer para tapar buracos nas ruas da Freguesia.* -----

----- *O PCP aguarda o melhor esclarecimento destas e outras questões, para numa próxima Assembleia de Freguesia decidir uma eventual alteração da sua posição.* ---

----- **Ponto 5 – Apreciação e votação da Proposta nº 22/2014, para os efeitos previstos na alínea d) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;** --

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que a presente proposta visava apenas dar corpo a uma situação que parecia urgente, de legitimidade da cobrança de taxas, designadamente no complexo desportivo municipal de São João de Brito e no Mercado

de Alvalade, norte e sul. O regulamento de taxas da Freguesia de Alvalade estava em elaboração e iria ainda a discussão pública, não estava apto a proceder a essas cobranças e, portanto, o que se solicitava à Assembleia era que legitimasse a aplicação do regulamento municipal pela Junta no território da Freguesia de Alvalade, no sentido de se poder cobrar as respetivas taxas.-----

----- **O Senhor Presidente**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 22/2014**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor e 1 abstenção.-----

----- **Ponto 6 – Apreciação e votação da proposta de autorização da celebração de protocolo de cooperação com o Observatório de Prospetiva da Engenharia e da Tecnologia (OPET), nos termos da Proposta nº21/2014;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que se tratava de uma instituição sem fins lucrativos a funcionar no Instituto Superior Técnico, cientificamente dirigida pelo Senhor Professor Doutor Luís Valadares Tavares, uma figura de grande prestígio do ponto de vista da modernização administrativa, da gestão de procedimentos no sector público, etc.-----

----- O protocolo de cooperação era no sentido de se poder primordialmente consultar uma oferta de indicações em processos de reorganização e modernização administrativa, que não eram necessariamente decorrentes da reestruturação administrativa, mas que qualquer instituição com a dimensão atual da Freguesia de Alvalade devia sempre apreender.-----

----- O protocolo nessa fase não implicava qualquer tipo de oneração financeira, era no sentido de criar uma estrutura de acompanhamento permanente e cada iniciativa em concreto seria sujeita a um procedimento como qualquer outro. Tratava-se de identificar um parceiro privilegiado no sentido de desenvolver os procedimentos de modernização, o que era importante para uma Freguesia com as características da Freguesia de Alvalade.-----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que estavam perante uma proposta por parte da Junta de Freguesia de Alvalade em que, no seu entender, estavam já a privilegiar uma instituição.-----

----- Sem pôr em causa o Senhor Professor Luís Valadares Tavares, que por acaso conhecia bem e que todos reconheciam as grandes conquistas que dera ao País no domínio da administração pública, o PSD ficava um pouco defraudado quando o protocolo tinha logo no primeiro objetivo a realização de atividades de cooperação entre as duas instituições. A realização pressupunha uma atividade e ninguém dava nada a ninguém, pelo que perguntava se esse protocolo, apesar de aí não estar manifestado e do Senhor Presidente ter dito que não haveria custos financeiros, se não se iria traduzir em custos financeiros.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que se estava de facto a privilegiar uma instituição sem fins lucrativos que funcionava sob a tutela científica da mais prestigiada instituição de ensino superior do País e que era dirigida por um dos maiores cérebros no contexto da modernização administrativa existentes no território.-----

----- Estavam a celebrar um acordo que não tinha qualquer tipo de oneração financeira. Qualquer celebração adicional de compromissos que envolvesse despesa por parte da Junta de Freguesia tinha que tramitar, ainda que existisse um protocolo, no âmbito do Código dos Contratos Públicos e de toda a legislação que era decorrente à atividade normal da Junta de Freguesia. Era um protocolo que manifestava a intenção de gerar um diálogo, de consultar sempre o OPET de cada vez que um serviço desse género fosse pretendido implementar na Junta de Freguesia.-----

----- A leitura que tinha sido feita pelo Membro Francisco Bento parecia-lhe um tanto enviesada em relação ao que era apresentado. Não via que pudesse ser outra coisa a não ser introduzir ruído na comunicação, porque não parecia que alguma dessas coisas resultasse dos documentos que estavam em presença.-----

----- **O Senhor Presidente**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **proposta de autorização da celebração de protocolo de cooperação com o Observatório de Prospetiva da Engenharia**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor e 1 abstenção.-----

----- Seguidamente, submeteu à votação a **Ata em Minuta** referente à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Concluída a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram 24 horas.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes.-----

1.º SECRETÁRIO _____ 2.º SECRETÁRIO _____

----- O PRESIDENTE -----

Francisco Bento
Francisco Bento
Francisco Bento

